



ISSN 1981 - 3031

A INCLUSÃO DIGITAL E SOCIAL COMO FORMA DE PROMOVER A CIDADANIA ENTRE JOVENS NO MUNICÍPIO DE MACEIÓ

Flávio Cristiano Lucena dos Santos (UFAL)

flavio_geo@hotmail.com

RESUMO. O presente artigo tem como objetivo verificar as necessidades dos alunos do 4º ano do curso técnico de informática do IF-AL (Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas Campus Maceió) de realizar a sua prática profissional, e não tendo demanda de estágio supervisionado no comércio local. E também de incluir os alunos do curso Projovem Urbano com o curso de informática básica já que os mesmos não têm condições financeiras para arcar com os custos do curso. Nesse sentido, criou-se o Projeto **PROINDIJO** (Projeto de inclusão de jovens). Trata-se de um trabalho de inclusão digital.

Palavras – chave: Inclusão digital, Integração e cidadania

1. INTRODUÇÃO

Com o surgimento de um novo modelo de sociedade informacional, começa a aparecer também mais uma modalidade de excluídos que são os analfabetos digitais. Surge, então, a importância das práticas de “Inclusão Digital” que serão desenvolvidas através de reflexões e ações concretas, que poderão proporcionar a inserção dos digitalmente excluídos na cibercultura. O projeto **PROINDIJO** - Projeto de Inclusão Digital de Jovens - é constituído em uma parceria com o Projovem Urbano e o Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas Campus Maceió – IF- AL e surgiu da necessidade dos alunos do 4º ano do curso técnico de informática do if-al de realizar a sua prática profissional, e por não ter demanda de estágio supervisionado no comércio local. E também teve o objetivo de incluir os alunos do curso Projovem Urbano com o curso de informática básica já que os mesmos não



ISSN 1981 - 3031

têm condições financeiras para poder arcar com os custos do curso cria-se o Projeto **PROINDIJO** (Projeto de inclusão de jovens).

O objetivo do projeto é a democratização da informação veiculada pela Internet e promoção da inclusão digital, bem como dar oportunidade para os alunos aprimorarem seus conhecimentos através de pesquisas na Web, realização de trabalhos informatizados (digitação, criação de planilhas, bancos de dados, etc.) incentivando-os a praticarem e adquirirem assim, certa experiência para o campo profissional e educativo.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

As TIC na sala de aula

É na escola que o aluno compreende seu papel de cidadão e começa a integrar-se à sociedade, à sua cultura, e a perceber o mundo, os valores e a perceber-se como ser social que pode atuar neste contexto. O uso da TIC (tecnologia da informação e comunicação) nas escolas propicia ao indivíduo a democratização e o acesso à informação, contribuindo de forma significativa para existência de práticas pedagógicas diferenciadas, que contagiem o indivíduo, despertando o desejo pelo conhecimento, conquistado através do intercâmbio com as diversas informações.

Vivemos num mundo globalizado, enriquecido de atrativos que exigem do professor um novo papel de mediador e de facilitador de aprendizagem. Seguindo as lições de Franco (1997, p.52)

A expressão Sociedade da Informação deve ser entendida como abreviação de um aspecto da sociedade: ou da presença cada vez mais acentuada das novas tecnologias da informação e da comunicação é a sociedade que esta atualmente a constituir-se, na qual são amplamente utilizadas tecnologia de armazenamento de transmissão de dados e informação de baixo custo.



ISSN 1981 - 3031

Todas as escolas precisam de um espaço informatizado onde possa fazer a reconstrução, investigação e renovação e que esteja atenta a vida dos alunos desde, o campo social, político e econômico. A escola deve estar preparada para o aluno para perceber a carga de informação que muitas vezes é motivada pela transmissão dos meios de comunicação, e que eles tenham a capacidade de entendê-la, criticá-la. Para que isso possa acontecer é necessário que o professor incorpore as TIC na prática pedagógicas e a inclusão digital.

Inclusão Digital

Apesar de a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em vigor desde 1996, já preconizar a necessidade da "alfabetização digital" em todos os níveis de ensino, do fundamental ao superior, o censo escolar do Ministério da Educação (MEC), realizado em 1999, revelou que apenas 3,5% das escolas de ensino básico tinham, naquele ano, acesso à Internet e cerca de 64 mil escolas do país não tinham sequer energia elétrica. Nos últimos anos, esse quadro vem mudando, com iniciativas governamentais a nível federal, estadual e municipal, além de apoios privados e do terceiro setor, mas a exclusão digital nas escolas brasileiras ainda é grande.

Embora os índices de informatização nas escolas tenham aumentado consideravelmente de 1999 para 2001 (último ano com dados globais levantados pelo MEC), a pesquisadora Neide de Aquino Noffs (2004), da Faculdade de Educação da PUC-SP diz que a inclusão digital nas escolas da rede pública ainda não é uma realidade. "O laboratório de informática existe, mas não é usado com frequência. Não é uma atividade rotineira para os alunos; não é como a biblioteca, que fica aberta o tempo todo", afirma Noffs (2004, p. 48).



ISSN 1981 - 3031

Segundo ela, para se falar em inclusão digital na educação, não basta instalar computadores em escolas públicas. É preciso capacitar o professor para que ele transforme a sua aula utilizando a ferramenta digital. Além disso, seria preciso manter o laboratório de informática permanentemente aberto, com um profissional que o assumisse e ficasse responsável pela alfabetização digital. "Primeiro, é preciso quebrar a barreira do acesso. Depois, é preciso manter esse acesso", completa. (2004, p. 52)

Para Graciela Selaimen e Paulo Lima (2004), da Rede de Informações para o Terceiro Setor, é fundamental a instalação de laboratórios de informática com acesso à Internet nas escolas públicas, com uma estratégia de uso público fora dos horários das aulas, mas sem perder de vista uma perspectiva futura. "Projetos em infoinclusão não devem ser pensados como pacotes prontos de soluções tecnológicas para comunidades economicamente desfavorecidas, mas sim como iniciativas estratégicas para a promoção da inclusão social - e não apenas digital" (2004, p. 82), afirmam.

A pedagoga e coordenadora das Aulas Unidas, um projeto de intercâmbio virtual entre escolas realizado pela organização EducaRede, concorda que a Internet pode constituir uma ferramenta didática a mais. Segundo ela, porém, a qualidade do resultado depende de como isso é feito. "Se o objetivo é colher as informações para criar novos conhecimentos, é preciso que o aluno tenha competência e habilidade para analisar e sintetizar as informações, e não simplesmente fazer um 'recorte e cole' das consultas feitas", (2000, p. 17) defende.

De acordo com o MEC, apesar de o número de computadores instalados nas escolas até 2002 ter ficado abaixo das metas estabelecidas pelo governo anterior, a capacitação de professores superou as expectativas. Essa também tem sido uma preocupação nas iniciativas de estados e municípios.

A inclusão digital é a garantia de acesso às tecnologias de informação e comunicação para toda a população, especialmente para a população de baixa renda, baixa escolaridade,



ISSN 1981 - 3031

portadores de deficiência e moradores de localidades isoladas geograficamente (Guarnieri, 2006).

De acordo com o Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (Ibict), que tem como objetivo identificar as iniciativas, programas e projetos que apóiam os telecentros/pontos de inclusão digital (PIDs) em funcionamento nos municípios brasileiros, a inclusão digital, ou infoinclusão, é a democratização do acesso às tecnologias da informação, de forma a permitir a inserção de todos na sociedade da informação.

Segundo Lima (2004), a inclusão digital possui o papel de resgatar os excluídos digitais ao contexto da sociedade movida pelos processos de criação, produção e sublimação da informação em conhecimento. Significa efetivar os excluídos digitais na sociedade da informação, mediado por políticas que visem ao seu crescimento auto-sustentável de forma colaborativa e gradual, sem medidas emergenciais e paliativas. Conseqüentemente, inclusão digital remete à busca da reflexão do mundo e da localidade, das condições de sobrevivência (emprego, alimentação, moradia, etc.), do estímulo ao conhecimento renovado e à crítica do já existente, e, da diminuição das desigualdades sociais.

A Política de Inclusão Digital no Brasil

A necessidade de se incluir digitalmente uma população de excluídos não é uma particularidade brasileira. Diversos países estão trabalhando e investindo no sentido de encontrar soluções para esse problema. Obviamente, a intensidade e as peculiaridades com que esse fenômeno ocorre diferem dos países desenvolvidos para os países em desenvolvimento. É fato que os esforços governamentais podem, pelo do uso da tecnologia, permitir às comunidades carentes o acesso à informação e ao conhecimento gerado em outros lugares. São inúmeros os exemplos de iniciativas nesse sentido, no Brasil e no mundo. Paralelamente, observa-se um grande esforço e investimento por parte dos governos no



ISSN 1981 - 3031

sentido de modernizar e atualizar seus equipamentos tecnológicos, visando aumentar a eficiência estrutural na tentativa de suprir uma demanda local por meio da digitalização de controles e serviços prestados à população.

Entretanto, é preciso atentar para o fato de que trilhar tal caminho pode acabar ocultando problemas perversos e já arraigados que, certamente, estão relacionados às causas da exclusão, não apenas digital, mas social. O que ocorre é que não basta disponibilizar o acesso à internet e preços acessíveis para aquisição de computadores, como supõe a política do programa *computador para todos*, não tentando, em hipótese alguma, desvalidar tal iniciativa. Mas o simples fato de se adquirir um computador, não garante ao cidadão a inclusão digital, acreditamos em uma inclusão com grande significado a partir de ações educativas. O importante é mostrar como acessar a tecnologia e como utilizar o computador no papel de ferramenta integrante do processo de ensino-aprendizagem. Isso, prioritariamente, pode ser feito nas escolas, centros comunitários, bibliotecas públicas etc. Também é importante, antes de incluir os alunos, preparar os professores para a utilização dessa fascinante e poderosa ferramenta, para que, assim, possam se sentir confortáveis com a tecnologia, além de serem incluídos digitalmente.

Pierre Lévy (1999, 189 p.) ressalta que:

(...) não basta estar na frente de uma tela, munido de todas as interfaces amigáveis que se possa pensar, para superar uma situação de inferioridade. É preciso, antes de mais nada, estar em condições de participar ativamente dos processos de inteligência coletiva que representam o principal interesse do ciberespaço.

A alfabetização digital, a capacitação no uso do software e do hardware e a oportunidade de utilização constante do aprendizado são essenciais ao processo de inclusão digital. Muitas vezes, entende-se que a mera utilização da tecnologia da informação pode representar uma solução plena para melhorar a eficiência da qualidade educacional e da esfera pública. Esse tipo de iniciativa é freqüentemente empregada como uma forma de demonstrar uma resposta do governo aos cidadãos em forma de prestação de serviços. Tais iniciativas são



ISSN 1981 - 3031

importantes, mas é necessário que façam parte de uma política pública mais abrangente, para que não acabem como ações esporádicas e inconsistentes, vindo a comprometer todo o esforço governamental no sentido de uma efetiva inclusão digital.1999)

Analisando sob uma perspectiva mais ampla, um outro aspecto a ser considerado é que os esforços governamentais na luta para combater a exclusão digital podem, em certa medida, criar uma outra forma de dependência dos países em desenvolvimento em relação aos países desenvolvidos. Isso pode ocorrer se considerarmos que as tecnologias são elaboradas de acordo com critérios de atendimento às condições dos próprios países desenvolvidos. Assim, ao adotarem tecnologia importada, os países em desenvolvimento ficam sujeitos aos níveis de complexidade e de usabilidade dos países fabricantes. Tal fato dificulta a adequação às necessidades locais, ocorrendo tanto na implementação de infra-estrutura para melhoria do acesso das populações carentes à informação (como, por exemplo, os telecentros), quanto na utilização de tecnologia em programas de modernização do setor público. Entretanto, apesar das discussões, as políticas governamentais e os projetos sociais ainda se mostram insuficientes para eliminar os baixos índices de inclusão digital no Brasil, principalmente, frente ao desafio representado pela dimensão da tarefa e sua associação com outras formas de exclusão. (LIMA, 2004)

Apesar de insuficientes, existem hoje no Brasil políticas e projetos de qualidade desenvolvidos por entidades do poder público e privado.

Dentre elas destacam-se as iniciativas dos telecentros da Prefeitura Municipal de São Paulo. Telecentro é o nome pelo qual ficou conhecida a Rede Pública de Telecentros da Prefeitura de São Paulo, um dos maiores projetos de inclusão digital da América Latina, ao fim da gestão Marta Suplicy, em dezembro de 2004. São salas com 20 computadores conectados em banda larga, que oferecem à população cursos, uso livre e atividades diversas gratuitamente. São instalados na periferia, nos bairros de menor IDH e utilizam somente software livre. A grande questão relativa aos Telecentros é como promover a inclusão social



ISSN 1981 - 3031

por meio da inclusão digital. O argumento mais utilizado pelos defensores é que todos os fluxos de informações, operacionais, financeiros e da sociedade passam pela Internet, sendo necessária a implantação de inúmeros projetos (Telecentros, Infocentros) para que a população possa usufruir desses fluxos "participando da vida econômica e social" por meio da Internet. (LIMA, 2004)

De acordo com Noffs (2004), o *Projeto Computadores para a Inclusão*, os telecentros são espaços públicos multifuncionais, nos quais a população tem acesso a equipamentos e recursos de comunicação, Internet e correio eletrônico, nos quais ocorrem projetos de desenvolvimento cultural, social, político, econômico e comunitário, bem como cursos e acesso aos serviços bancários e públicos. Podem abrigar a infra-estrutura básica necessária à articulação das políticas governamentais de segurança pública preventiva, saúde, educação, assistência social e cultural. A sua implantação mobiliza de forma ampla e rápida a troca de saber e conhecimento entre as comunidades e a sociedade em geral.

O Estado de Alagoas: Destaque no Rank dos Excluídos

Entre os Estados brasileiros, Alagoas e Maranhão são os que sofrem maior discriminação digital no País, enquanto São Paulo é o que possui menor desigualdade neste domínio. É o que revela o Índice de Discriminação Digital (IDD), baseado nos dados da última Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílio (PNAD) do IBGE, de 2005. Segundo o mapeamento, em dois dos indicadores utilizados (internet domiciliar e uso de internet), 14,7% da população brasileira de 10 anos de idade ou mais, no ano de 2005, morava em domicílio com acesso à Internet. Em Alagoas este índice cai para 4,5%, enquanto o Distrito Federal ostentava a taxa de 31,1%.

O índice, elaborado pela Rede de Informação Tecnológica Latino-Americana, junto ao RITLA, junto ao Instituto Sangari e o Ministério da Educação, apresenta o quadro de exclusão



ISSN 1981 - 3031

digital do Brasil. No período analisado, a média nacional do uso da internet em qualquer local ficou em 21,1%. Contudo, foi notável a desigualdade no Maranhão e em Alagoas, com 7,7% e 7,6% de uso, respectivamente - enquanto o Distrito Federal possuía 41,1% da população conectada.

Salientamos que, apesar dos “destaques” de números apontando Alagoas entre os mais excluídos digitalmente, a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio de 2005 (PNAD) revela que Alagoas finalmente começa a entrar na era digital. Segundo esses dados, o número de computadores no Estado saltou de 40,8 mil, em 2004, para 49,9 mil um ano após – o que representa um crescimento de 24%. O crescimento nacional foi mais tímido (16,4%) e mostra que, pela primeira vez na história, o Estado alagoano cresceu mais que a média nacional. Mesmo com o crescimento, a exclusão digital em Alagoas é ainda a maior do País, representando 93,4% da população. O percentual do Brasil é bem menor: de 81,4%. Como falamos anteriormente, não devemos nos equivocar ao relacionar o número de aquisição de computadores com o número de pessoas que se apropriam desta tecnologia de forma democrática e cidadã.

Não se trata de inundar as escolas e outras instituições de computadores, como que caídos de pára-quedas. Numerosos estudos feitos em empresas mostram como a simples informatização leva apenas a que as mesmas bobagens sejam feitas com maior rapidez, além do acúmulo de equipamento sofisticado utilizado como máquinas de escrever. Trata-se de organizar a assimilação produtiva de um conjunto de instrumentos poderosos que só poderão funcionar efetivamente ao promovermos a mudança cultural (...). (DOWBOR, 2001, p.15)

Porém em Alagoas, e também no Brasil, com os inúmeros contextos e discrepâncias de renda (segundo pesquisa do Jornal Folha de São Paulo), 7 % da população tem acesso à Internet. Urge um projeto de capacitação para o uso correto das TIC, com educadores, professores e profissionais da área mais preparados e bem pagos.

O cenário atual do Estado de Alagoas se apresenta em um paradoxo: de um lado sua tamanha beleza natural, num infinito mar azul, com seu imenso potencial turístico a explorar;



ISSN 1981 - 3031

do outro uma profunda desigualdade social e econômica, carente de desenvolvimento social, tecnológico e urgente necessidade de sair dos noticiários nacionais que sempre enaltecem suas mazelas.

Quando do posicionamento de se incluir digitalmente os alunos da escola pública especificamente, é em decorrência das dificuldades sócio-econômicas desses serem maiores. Além do fato de que muitos não acreditam que irão chegar tão longe em termos de informações e capacitações, por isso, o nosso interesse em mostrar e alertá-los da necessidade do empenho, dedicação e acreditar que com esforço, tanto alunos da escola pública quanto da privada, alcançarão seus objetivos.

DISCRICÃO DO CURSO

No início deste presente trabalho, que foi realizado através de uma avaliação diagnóstica de cinco turmas do ensino fundamental do Projovem Urbano, tomando como referência os conhecimentos básicos dos aplicativos de software (Windows, BrOffice.org Writer, BrOffice.org Impress, BrOffice.org Calc e Mozilla Firefox), foi feita a seleção de vinte alunos. A coleta das informações foi feita com a realização de entrevistas e construindo o perfil do educando, tendo como observação da prática de ensino sobre o levantamento dos conteúdos trabalhados durante o curso com as turmas concluintes.

A busca para tentar resolver o problema da inclusão digital da escola Marcos Soriano do ensino fundamental do Projovem Urbano, resultou na junção do intercâmbio do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Alagoas Campus Maceió – IF- AL para suprir a necessidade de espaço, equipamentos, computadores e materiais didáticos e toda uma estrutura organizada. Desde então a prática com os educando vem sendo valorizada como fonte de saberes, imprescindíveis para sua formação apontando para um novo olhar da compreensão desta prática, é tomada como mobilizadora de saberes profissionais.



ISSN 1981 - 3031

Com relação aos dados dos alunos, temos os seguintes levantamentos com relação ao seu perfil: são jovens de 18 a 24 anos, de classe social de baixa renda, em sua maioria não tem emprego formal, os poucos que trabalham são assalariados ou tem uma renda menor que um salário mínimo. São jovens que estão concluindo o ensino fundamental no período de um ano e oito meses no curso Projovem Urbano e recebem uma ajuda de custo do Governo Federal no valor de cem reais. Esta turma foi formada inicialmente com vinte alunos, porém no decorrer do curso, nove alunos desistiram por não conseguirem conciliar com sua rotina diária e pelo fato de ser mais uma despesa em seu orçamento, e por alguns alunos ter conseguido uma oportunidade de emprego e dessa maneira tendo que optar pela desistência do curso.

O material didático deste curso foi fornecido, pelo IFAL - Instituto de Ciências e Tecnologia de Alagoas, elaborado pela Professora Mestra Wladia. Inicialmente houve dificuldades por parte dos alunos pelo fato de não terem acesso ao computador, e sua produção e compreensão de trabalhos textuais eram deficitárias. Apesar das dificuldades citadas os alunos evoluíram bem no decorrer do curso e isso foi visível em suas notas que eram em média sete, oito e dez.

4. Atividade do professor e planejamento do curso

Durante todo período em que foi desenvolvida a prática docente foi proposto um desafio para desenvolver um material didático a fim de atender as necessidades do Projeto de Inclusão Digital (PROINDIJO), desenvolvendo, junto à comunidade, atividades de informática básica voltada ao mercado de trabalho, onde o curso oferecido habilitou os concluintes a desempenharem, com destreza, as funcionalidades de cada aplicativo. Nessa tarefa, preparamos uma apostila que serviria como guia tanto para os instrutores como para os alunos. Apostila essa que retratava esses aplicativos (Windows, Pacote BrOffice.org e Mozilla



ISSN 1981 - 3031

Firefox). Todo o material de pesquisa foi doado pelo IF-AL e serviu para suprir com qualidade, a carência dos educando do Projeto. O referido material foi alterado para melhor se adequar as realidades de cada um em sala de aula de acordo com o público alvo que foi encontrado pelos alunos do Projovem Urbano.

4.1 Desenvolvimento do Curso

Durante os três meses, foi trabalhado o Projeto (PROINDIJO), ministrando aulas duas vezes por semana no período da manhã o regime de aulas era dividido em cinco disciplinas (Windows, BrOffice.org Writer, BrOffice.org Impress, BrOffice.org Calc e Mozilla Firefox). O primeiro conteúdo trabalhado foi o sistema operacional Windows XP, por ser esse sistema adotado por mais de 70% do mercado. Os contrastes entre os alunos foi evidente. Porque enquanto alguns desses educando já tinham conhecimento prático sobre utilização do mesmo (evidentemente através de lanhouses), outros nunca tinham tido acesso a essa realidade. No entanto, os educandos não dispunham de um conhecimento prévio de suas aplicações mercadológicas. A situação foi pior, já que alguns alunos desde o início tinham que desenvolver habilidades tanto básicas quanto o manuseio do mouse e do teclado. Também foi identificado, que os integrantes do projeto não possuíam prática da dedicação extra-classe, e constantemente se esqueciam do conteúdo aplicado em sala de aula, mesmo que alguns minutos depois de ministrada a explicação, o que constituíram dois empecilhos a proposta de dias letivos para este assunto.

4.2 Dificuldades encontradas



ISSN 1981 - 3031

O segundo conteúdo ministrado foi BrOffice.org Writer. O Writer é um aplicativo de texto em plataforma aberta similar ao Word. Através do Writer, foi desenvolvido junto com os alunos o requerido conhecimento da edição de textos, trabalhando textos comerciais, cartas e textos literários. Tendo como ênfase ao modo de alteração de algumas configurações de páginas a inserção de conteúdos complementares, como imagens, gráficos e tabelas. A maior dificuldade foi encontrada nesse aplicativo foi o problema de gramática lingüística. Os erros lexicais constituíram muitos problemas ao desenvolvimento do cronograma. Ficaram evidenciadas as dificuldades de aprendizagem das questões básicas da formação gramatical destes alunos em sua vida escolar. Outro fator que também contabilizou negativamente foi o deslocamento de alguns alunos para a realização do curso, considerando prioritariamente a questão financeira.

Com o uso das TIC os alunos têm a possibilidade de utilizar a escrita para descrever e reescrever suas próprias idéias. Podem trocar suas experiências e produzir histórias. Podem resolver problemas cotidianos e opinarem sobre o próprio pensamento, trocarem informações de uma maneira que possam fazer, refletir e refazer, tudo isso favorecendo o desenvolvimento pessoal e do grupo e assim podendo compreender melhor esta realidade.

Nesta perspectiva o cotidiano escolar se torna um espaço significativo de formação profissional, de reflexão da prática pedagógica, de construção coletiva de conhecimentos, onde todos se sintam responsáveis pelo sucesso de aprendizagem.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

É evidente que políticas públicas advindas do Governo Federal são positivas e bem vindas, em favor da inclusão digital em estados com o perfil de Alagoas. Porém, no contexto



ISSN 1981 - 3031

atual, o Estado ainda não conseguiu despertar para a urgente necessidade de se apoderar das propostas de ações incentivadas pelo governo.

Vivenciamos articulações de projetos que contemplam as TIC na educação, porém os computadores, muitas vezes, permanecem em caixas lacradas e sem uso por falta de estruturação e adequação do ambiente escolar. Laboratórios de informática fechados ou mal utilizados devido à falta de capacitação de seus professores; computadores instalados e funcionando sem acesso à internet; problemas por falta de manutenção, falta de algum periférico ou suprimento, ficando meses e até anos sem reposição de peças, findando até o descarte total.

Em contrapartida, existe a cobrança da comunidade para utilizar e se beneficiar das TIC no ambiente escolar, percebendo a importância de se estar inserido no mundo globalizado e, assim, conscientizando-se da inclusão digital, para que os cidadãos alagoanos possam se tornar efetivamente emancipados digitalmente.

REFERÊNCIAS

Castells, Manuel. (2003) **A sociedade em rede**. 7. ed. rev. amp. São Paulo: Paz e Terra. Lévy, Pierre. (1999) *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.

DOWBOR, Ladislau e outros (orgs) **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2001.

_____. "**Economia da comunicação**". in DOWBOR, Ladislau e outros (orgs) **Desafios da Comunicação**. Petrópolis: Vozes, 2000, pp 47-61.

Pellanda, Nize M. C.; Schlunzen, Elisa T. M.; Junior, Klaus S. (2005) (orgs). **Inclusão Digital: tecendo redes afetivas/cognitivas**. Rio de Janeiro: Editora DP&A.

Governo Federal. Programas de Inclusão Digital.(2007), <http://www.inclusaodigital.gov.br/inclusao/outros-programas>. Acesso em: 27/03/2010.

Guarnieri, Fernando.(2006), *Avaliando os modelos de inclusão digital*. CONIP



ISSN 1981 - 3031

<http://www.conip.com.br/sp/2006/palestras/mineirao/28-06/fernandoguarnieri.pdf>. Acesso em: 17/04/2010.

LÉVY, P. **As tecnologias da inteligência**: o futuro do pensamento na era da informática. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1999.

LIMA, Paulo Henrique. **Sociedade da informação**: um tema de todos. Rio de Janeiro: Rits, 2004.

Ministério da Ciência e Tecnologia-Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia (2007),(Ibict).Disponível em:. <http://inclusao.ibict.br/index>. Acesso em: 14/03/2010.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.Governo Eletrônico.(2007)
<https://www.governoeletronico.gov.br/o-gov.br>. Acesso em: 29/04/2010.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão.Projeto Computadores para Inclusão. (2007) www.governoeletronico.gov.br/acoes-e-projetos/computadorespara-inclusao. Acesso em: 11/03/2010.

NOFFS, Neide de Aquino. **Inclusão Digital**. Petrópolis : Vozes, 2004. p. 151-184.

SELAIMEN, Graciela; **Sociedade da informação**: um tema de todos. Rio de Janeiro: Rits, 2004.